

ANTOLOGIA

PROENÇA, RAÚL — O PROBLEMA DAS BIBLIOTECAS EM PORTUGAL. «PELA GREI», LISBOA, 1(1) 1918, p. 54-60.

Il tempo porterà senza dubbio rimedio a questi piccoli guai ma forse noi non vivremo tanto da godere del cambiamento, ne godranno i figli nostri, che a buon conto noi, edotti dalla esperienza, avvieremo ad altre carriere.

GIUSEPPE FUMAGALLI, in *Manuale del Bibliotecario* de Pethzholdt, trad. Biagi e Fumagalli, «Note», pp. 309-310.

As bibliotecas públicas teem um duplo fim: 1.º um fim propriamente cultural, o de auxiliarem a criação da ciência, e especialmente a da ciência histórica; 2.º um fim de vulgarização e de informação actual, de maneira a fornecer a todos os elementos mais convenientes para o aperfeiçoamento da sua educação, ou a resolução dos problemas técnicos que se lhes deparam na prática da sua indústria ou do seu ofício, ou se põem a cada passo no exercício dos seus direitos de cidadãos. Para êstes diversos fins se criaram nas nações civilizadas dois meios correspondentes: 1.º as bibliotecas eruditas (das universidades, das academias, dos institutos científicos), que teem por objectivo capital o *progresso da própria cultura*; 2.º as bibliotecas populares (1), as *free libraries*, cuja missão essencial é *utilizar*, aplicando-as ás necessidades práticas e educativas, as conquistas da Cultura (2). As primeiras são laboratórios da Ciência, as segundas organismos de informação. Estas diferenças teóricas traduzem-se praticamente numa completa diferenciação dos serviços biblioteconómicos, desde a aquisição dos livros até á leitura interna e domiciliária. Uma *biblioteca nacional* é uma biblioteca erudita que acumula, com a função cultural de todas as bibliotecas dessa categoria, e afinal com o mesmo fim último, a missão de conservar para o futuro as obras do presente e do passado, especialmente tudo o que é e foi impresso no respectivo país, e de centralizar a bibliografia de toda a documentação nacional, estabelecendo, assim, o nexo indispensavel entre todas as bibliotecas da nação.

Há bibliotecas em Portugal?

Há depósitos de livros, não há bibliotecas.

Não há bibliotecas que informem o industrial, o agricultor, o comerciante, sôbre os últimos progressos técnicos dos outros países, pondo-os assim ao abrigo duma concorrência

(1) A designação de bibliotecas populares é imprópria, mas é a corrente nos países latinos.

(2) Não fazemos aqui referência às bibliotecas especiais.

desvantajosa. Não temos maneira de colher uma informação rápida, eficaz, moderna, sobre qualquer assunto de ordem prática, adubos agrícolas ou fabrico do giz, criação do gado ou óleos minerais, irrigações ou fabricação dos vernizes, leis dos acidentes de trabalho ou representação proporcional. Em Portugal não há bibliotecas populares.

Em Portugal também não há bibliotecas eruditas. Elas não auxiliam o intelectual português nas necessidades da sua investigação, já porque não possuem os elementos de trabalho e as obras essenciais a toda a verdadeira cultura (especialmente as fontes históricas), já porque as que possuem não estão registadas e catalogadas duma maneira metódica e conveniente.

Em Portugal também não há, realmente, uma verdadeira biblioteca nacional. Uma biblioteca não é nacional só porque é mantida pelo dinheiro da nação, mas porque realiza fins, objectivos *nacionais*. A Biblioteca de Lisboa é um órgão que não desempenha a sua função normal, pela inexistência de uma organização sintética, que ligue os serviços, os integre num plano de conjunto e dê a todos como fim último uma perfeita constituição da documentação nacional para elevação intelectual do país. Ela nunca fez nem tentou fazer qualquer coisa para a organização da bibliografia nacional; para a constituição do catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas; para a federação de todas as bibliotecas num só organismo documental, ao serviço dos interesses intelectuais da nação. No seu isolamento claustral, tudo se passa como se as outras bibliotecas não existissem, e ela não tivesse de constituir o nexo entre essas bibliotecas; numa palavra, como se ela não fôsse nacional.

Não há, pois, bibliotecas em Portugal, mas depósitos de livros guardados por bibliotecários, que também só de nome o são.

Porque não há bibliotecas em Portugal?

Porque o público ainda não compreendeu entre nós que elas são necessárias á vida prática, á vida cívica, á vida intelectual da GREI, como o compreenderam a Inglaterra, a Alemanha, os Estados Unidos, grandes nações industriais e científicas, grandes nações de *cidadãos*, que são também grandes nações de bibliotecas. Porque o Estado imagina que elas constituem um simples luxo acessório da civilização (quando são realmente um dos seus instrumentos essenciais), que não realizam na terra senão uma missão puramente platónica e decorativa, e que não vale, pois, a pena gastar dinheiro com elas. Gasta dinheiro, muito ou pouco, com a sua instrução primária e secundária — 2.100 contos —, mas descarta absolutamente a educação post-escolar, uma das mais uteis numa Democracia, e que se realiza principalmente por intermédio das bibliotecas; em Portugal o Estado abandona o indivíduo desde que êle sabe ler; pensa assim ter feito dêle um cidadão. Gasta dinheiro, muito ou pouco, com a sua instrução agrícola e industrial — 600 contos —, mas pensa que com as bibliotecas que deveriam pôr o agricultor ou o industrial a par do que se faz lá fora, nos países de contínuo avanço técnico, não se deve gastar dinheiro nenhum. Gasta dinheiro, muito ou pouco, com a sua instrução universitária — 800 contos —, mas não mantém como deve um dos órgãos supremos da Cultura, um dos laboratórios da ciência nacional, um dos estabelecimentos da educação superior — aquele que, segundo as expressões dos relatórios da grande Library of Congress, de

Washington, tem por fim «to aid research... to advance the boundaries of knowledge», isto é, uma biblioteca nacional. Numa palavra, o Estado dá a cada um o seu instrumento elementar de cultura, o seu alfabeto, e despreza os organismos sem os quais êsse alfabeto não tem utilidade nenhuma. O Estado gasta todos os anos 1.500 contos com a sua instrução elementar, para que 1.500.000 portugueses possam lêr — o *Século*.

Mas afinal — objectarão — há um orçamento das bibliotecas, o Estado destina uma parte dos rendimentos públicos á sua sustentação. Sim, o bastante para fingir, muito grosseiramente, que elas existem, mas muito menos do que o suficiente para que existam *de facto*.

Cinjamo-nos, por hoje, á nossa Biblioteca Nacional, pois cremos que é da reforma radical dessa instituição que se deve partir para organizar todos os serviços de bibliotecas em Portugal.

Eu parto da hipótese — hipótese puramente gratuita, decerto, mas que me é necessária para a elaboração dêste artigo — que o intelectual português resolveu afinal sair da sua apatia de cúmplice e da sua criminosa indiferença para formular o seu protesto e as suas reclamações. E vou mencionar aqui quais deveriam ser, no meu entender, essas reclamações.

1.º *Que ela fizesse a organização de toda a documentação nacional no domínio dos impressos.*

O que é organizar a documentação nacional no domínio dos impressos? É centralizar todos os serviços de aquisição de livros e de catalogação das bibliotecas públicas de maneira a aumentar a riqueza bibliográfica do país e a constituir o que poderemos chamar o *catálogo colectivo da Nação*. É criar a grande rêde bibliográfica, fazer com que as riquezas documentais que pertencem a cada Cidade sirvam os interesses gerais da GREI. É fazer de todas as nossas bibliotecas uma só grande biblioteca, onde tudo esteja combinado, em que não haja duplicações inúteis, nem na aquisição das obras nem na elaboração dos catálogos. É criar, enfim, um organismo central de informações bibliográficas para todos os investigadores, de maneira a todos êles poderem saber em que biblioteca do país se encontra tal ou tal instrumento de trabalho, e dar início á publicação duma *bibliografia geral* da literatura portuguesa.

Pormenorizemos.

Há no nosso país três bibliotecas beneficiárias do direito de depósito legal. Toda a obra publicada em Portugal deve ser remetida á biblioteca nacional de Lisboa, á biblioteca municipal do Pôrto e á biblioteca da Universidade de Coimbra. Entram anualmente, em média, em cada uma dessas bibliotecas, uns 3.000 volumes dessa proveniência. E todos os anos um certo número de bibliotecários, uns em Lisboa, outros no Pôrto, outros em Coimbra, catalogam por sua vez êsses 3.000 volumes, quando bastaria que uma só dessas bibliotecas se encarregasse de proceder a tal trabalho, remetendo ás outras duas os respectivos verbetes. Mais ainda: acontece que todos os anos essas e outras bibliotecas do país adquirem por compra os mesmos livros, e assim, se Portugal podia ter uma riqueza bibliográfica (em espécies diferentes) representada por 1.000, tem apenas uma riqueza bibliográfica representada por 100.

O que há a fazer? Um serviço combinado de aquisições e de verbetação, de maneira que se não façam compras inúteis e verbetes inúteis e se aumente o rendimento efectivo do que se gasta em bibliotecas. E' preciso ainda que todo o investigador possa saber, por inter-

médio da biblioteca nacional, em que biblioteca do país pode encontrar tal ou tal obra. Para isso torna-se necessário proceder á organização dum *catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas*, que será assim realizado: a biblioteca nacional encarrega-se de imprimir os verbetes de todas as bibliotecas do país, enviá-los para cada uma delas e reservar um certo número de exemplares de cada ficha para a elaboração do catálogo colectivo de que falámos, ficha que terá a indicação da biblioteca em que o livro se encontra e da cota ou marca biblioteconómica que nela tem os respectivos volumes. É evidente que, sendo comuns muitas obras ás diferentes bibliotecas, êste trabalho seria susceptível duma consideravel simplificação. Teríamos assim em Lisboa o catálogo de todas as bibliotecas portuguesas e um serviço de informações bibliográficas que poderia ser utilizado pelos investigadores da capital e da provincia. As suas informações documentais não se limitariam, porém, aos livros existentes no país, mas estender-se-hiam a todo o domínio da bibliografia, graças aos numerosos repertórios de que uma biblioteca nacional deve ser possuidora.

Não estou a inventar nada, nem a levantar castelos no ar. Estou a dizer, muito simplesmente, o que lá fora existe, e o que cá dentro pode e deve também existir. Na Alemanha está em publicação, sob a forma de verbetes e de volumes, um *Gesamtkatalog* das respectivas bibliotecas. Na França fôram já impressos os catálogos colectivos dos manuscritos e dos incunábulo de todas as bibliotecas francesas. Na Suécia e na Dinamarca as aquisições recentes são catalogadas numa bibliografia colectiva de todas as bibliotecas (na Dinamarca essa bibliografia abrange 29 bibliotecas). Na Noruega não é só a catalogação que é colectiva, mas a própria aquisição e circulação dos livros. Todas as bibliotecas norueguesas fazem hoje parte duma organização centralizada e unificada, a qual aplica em toda a parte os mesmos métodos, elabora o catálogo num único lugar e para todas ao mesmo tempo, e faz circular rapidamente os livros de biblioteca para biblioteca, graças a um *regimen postal* aperfeiçoado (1). Nos Estados Unidos a Biblioteca Nacional de Washington (*Library of Congress*) já imprime hoje em dia os verbetes de centenaes de bibliotecas americanas e possui também um catálogo em fichas da maior parte dessas consideraveis colecções. Também ela mantém um serviço de «answers to inquiry through correspondance», que dá, além de outras, informações bibliográficas «as to the most useful existing authorities on a particular subject and where they may be available», «as to the date, price, and probable present cost of a specified book», «for the source of a particular quotation, if ascertainable by ready reference», etc. (2).

E' urgente criar também, como se está fazendo em todo o mundo, uma bibliografia universal, crítica, com classificação por matérias, das publicações do país. Em toda a parte se está entendendo a bibliografia como uma função nacional, ou, por outra, como uma função das bibliotecas nacionais (3). Deu primeiro o exemplo a administração do British Museum.

(1) FONTAINE e OTLET, *Congr. Intern. de Bibliogr.*, Bruxelas, 1908, p. 164.

(2) Library of Congress. *Rules and Practice governing the use and issue of books*, Washington, 1908.

(3) Cf. LANGLOIS, *Manuel de Bibliographie historique*, 1896, p. 177; CAMPBELL, *The Library*, 1893-96; *Rev. Intern. das Archives*, I, pp. 113 e segg.

2.º *Um serviço de empréstimos de livros entre bibliotecas, sem o qual a organização federal de que acabámos de falar pouco mais seria do que platónica. As bibliotecas não podem ser, como escrevia em 1844 o bibliotecário-mór José Feliciano de Castilho, «lanternas surdas que só alumiam para dentro». Não há nenhuma grande biblioteca, hoje em dia, em todo o mundo, que repudie sistematicamente o empréstimo. Não há nenhum tratadista de valor, desde Petzholdt e Gräsel até Guido Biagi, Poole e os outros mestres americanos, que defenda a sua supressão (1). Os votos dos congressos internacionais de bibliotecários afirmam, pelo contrário, a necessidade duma maior extensão dessa prática. Pelo que nos diz respeito, pondo termo ao serviço dos empréstimos, não demonstrámos com isso a sua inconveniência, não fizemos mais que demonstrar a nossa incapacidade de o organizarmos. E' o que se chama resolver uma dificuldade pela sua simples eliminação. Torna-se urgente fazer ver ás diferentes bibliotecas a legitimidade e a utilidade do empréstimo, e regulamentá-lo de novo, mesmo na Biblioteca Nacional, onde é mister, evidentemente, cercá-lo daquelas reservas e garantias que exigem o seu papel de biblioteca erudita e de conservação, e limitá-lo, pois, ás espécies que é impossível obter doutra qualquer biblioteca e que se podem tornar necessárias num trabalho de investigação verdadeiramente sério. Não é o papel duma biblioteca nacional auxiliar os meninos a redigir os seus temas, mas os investigadores a fazer avançar o estudo duma questão. Se o empréstimo deu funestos resultados á Biblioteca de Lisboa, é porque «responsabilidades a que no termo de empréstimo é norma sujeitarem-se as pessoas que da Biblioteca Nacional recebem livros emprestados, não passam muitas vezes de responsabilidades teóricas», como dizia um antigo director (2). E Baudrillart, que foi inspector das bibliotecas e arquivos na França, declarava expressamente: «La plupart des bibliothèques... interdisaient la sortie des livres d'une manière générale, les unes se fondant sur la crainte des détériorations et des pertes, les autres sur l'expérience même qu'elles en avaient faite antérieurement. Or, en allant au fond des choses, voici ce qu'on trouvait. Ce qu'on appelait les abus du prêt tenait presque toujours à ce que les livres avaient été confiés au public sans contrôle, sans inscription sur des registres spéciaux, sans durée réglementaire, sans réclamation faite aux emprunteurs. Dans les bibliothèques bien tenues, M. Baudrillart a pu constater que le prêt, sous la réserve des restrictions et des précautions indiquées, n'avait eu que peu d'inconvénients, tandis qu'au contraire, très souvent les bibliothèques qui, au nom de scrupules et de préventions, refusaient toute communication des ouvrages au dehors n'étaient pas mieux tenues pour cela comme simples dépôts. Dans quelques-unes, la même incurie qui refusait le prêt au public faisait qu'on évitait de prendre les précautions nécessaires contre des ennemis redoutables, la poussière, l'humidité, les insectes...» (3). Estas palavras aplicam-se, com uma precisão admi-*

(1) GRÄSEL, que é o profeta incontestado da nossa Biblioteca Nacional, claramente diz: «A despeito dos perigos que o empréstimo faz correr às colecções, não pensamos todavia que se deva suprimi-lo, porque se as bibliotecas teem por fim conservar os livros, elas teem também o de pô-los, o mais liberalmente possível, á disposição dos estudiosos. (*Manuel de Bibliothéconomie*, trad. fr., p. 407).

(2) Xavier da Cunha, *Boletim das Bibliothecas e Archivos*, II, p. 161.

(3) *Bulletin des Bibliothèques et des Archives*, 1889.

ANTOLOGIA

ravel, á nossa Biblioteca Nacional. Não resta dúvida: fixemos o prévio depósito em dinheiro, invariavelmente exigido e numa quantia superior ao valor do livro; estabeleçamos um prazo máximo para a restituição dos volumes emprestados e multas severas para todos os abusos, e terminarão de vez as «responsabilidades teóricas», que o nosso regimen de irresponsabilidade criou e manteve. E' urgente fazê-lo. Os interêsses legítimos dos investigadores não pódem estar á mercê das incompetências da administração. Se uma biblioteca nacional tem por missão conservar os livros, é porque é êsse o único meio de êles sêrem utilizados no futuro. A maior utilização cultural constitue, pois, aqui, o critério supremo. Seria estranho que em nome dum futuro hipotético, puramente verbal, se lesassem os interêsses culturais de todos os sucessivos presentes!

(Continua)